

A POPULAÇÃO DO CAMPO E AS CONSEQUÊNCIAS DA MIGRAÇÃO INCENTIVADA NO SUDESTE PARAENSE

*Rosemeri Scalabrin*¹

*Ana Lúcia Assunção Aragão*²

Resumo

Este artigo discute o processo de ocupação da mesorregião sudeste do Pará envolvendo a migração incentivada como parte da política do governo militar na Amazônia brasileira, na perspectiva de compreender as formas de colonização impostas pelo modelo de desenvolvimento econômico e as consequências sociais e ambientais desta política, as formas de resistência que emergiram, bem como, as resistências sociais como forças indutoras de processos organizativos, reivindicatórios e propositivos, e o que esse processo foi gerando.

Palavras chave: Migração. Colonização. Movimentos Sociais.

Resumen

Este artículo discute el proceso de ocupación de la meso región sudeste de Pará envolvendo la migración incentivada como parte de la política del Gobierno militar en Amazonia brasileña, en la perspectiva de comprender las formas de colonización impuestas por el modelo de desarrollo económico y las consecuencias sociales y ambientales de esta política, las formas de resistencia que emergieron, así como, las resistencias sociales como fuerzas indutoras de procesos organizativos, reivindicatórios y propositivos, y lo que ese proceso fue generando.

Palabras clave: Migración. Colonización. Movimientos sociales.

1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Correio eletrônico: rosemeri.scalabrin@gmail.com

2 Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Correio eletrônico: analuciaaragao@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da pesquisa de doutoramento em que investiguei o curso de Agronomia da Universidade Federal do Pará (Ufpa) – *Campus* Marabá, como articulador de conhecimentos (científicos e não científicos) na formação de assentados, com o propósito de perceber indicadores de mudanças (coletivas/sociais, individuais, sustentabilidade) no ensino superior no *Campus* Universitário de Marabá/Ufpa. Essa pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com professores da universidade, representantes de movimentos sociais: Movimento Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Pará e Amapá (Fetagri), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e educandos do curso de Agronomia, além da observação em campo realizada em oito assentamentos da referida mesorregião a partir das experimentações desenvolvidas por dez egressos do referido curso. A história da ocupação desta mesorregião foi analisada a partir da investigação bibliográfica e documental, tendo por referência as pesquisas desenvolvidas na área de Educação do Campo da Ufpa/*Campus* Marabá (Geperuaz) e do Observatório da Educação do Campo.

Priorizamos aqui a reflexão sobre o processo de ocupação da mesorregião sudeste do Pará envolvendo a migração incentivada como parte da política do governo militar na Amazônia brasileira, as consequências desse processo e as lutas sociais que esse modelo de colonização gerou, na perspectiva de compreender os aspectos significantes da atuação dos movimentos sociais em rede, como forma de resistência à política governamental e o fortalecimento das lutas sociais.

A DINÂMICA DA MIGRAÇÃO NA MESORREGIÃO: EXPROPRIAÇÃO E VIOLÊNCIA NO CAMPO

O sudeste do Pará é uma mesorregião de fronteira agrícola que possui sua história de expansão baseada em conflitos pela posse da terra nos últimos quarenta anos. O fluxo migratório incentivado pela Política de Integração Nacional do governo militar nacional, a partir dos anos de 1970, acelerou o processo de ocupação gerando conflitos entre posseiros e grileiros e, neste contexto, a posse da terra pelos trabalhadores é fruto das lutas sociais.

De acordo com os dados do Incra, existem 473 projetos de assentamentos, o equivalente a 67,76% dos assentamentos do estado do Pará. Estes assentamentos abrigam mais de 80 mil famílias. Ainda há, na mesorregião sudeste Paraense, inúmeras famílias acampadas em cerca de 30 áreas aguardando a desapropriação da terra.

Do ponto de vista da concentração fundiária, nessa mesorregião se encontra a maior área de terras ocupada por fazendas e projetos de extração mineral. Um estudo, realizado por Reynal (1995), em seis municípios da mesorregião, demonstra que 53% da área agrícola estava sob o domínio da agricultura patronal e empresarial e apenas 47% sob o domínio da agricultura familiar camponesa. Esta amostra representa a realidade desta mesorregião que é identificada, nacionalmente, pela violência em torno da posse da terra, ocasionada pelos conflitos entre grileiros e posseiros.

A mesorregião sudeste do estado do Pará é composta por 39 municípios agrupados em sete microrregiões. Representa 23,83% da área territorial do Pará e 19,3% da população total do Estado, sendo que dessa, 76% é composta por trabalhadores do campo (Pará, 2008), embora haja predominância da atividade pecuária.

A população do campo que habita essa mesorregião é composta por pequenos agricultores, quilombolas, extrativistas, pescadores e povos indígenas, sendo estes últimos os habitantes naturais³ e que foram afastados de seu habitat com a intensificação da migração, como por exemplo, das áreas de castanhais. De acordo com Tuan (1983) as formas de apropriação e o uso dos recursos naturais significaram uma violência às experiências de vida, saberes e culturas das populações locais, suas estratégias de sobrevivência e relacionamento entre si e com o meio ambiente.

O processo de migração para o sudeste do Pará se deu de duas formas: a espontânea e a incentivada. A primeira, segundo Dolores (1973), pode ser identificada como sendo pelos quilombolas que habitavam a microrregião de Tucuruí, cujo mocambo, dirigido por Felipa Maria Aranhas deixou sua contribuição cultural para a mesorregião. Existem registros históricos (Velho, 1972) informando que desde o século XVIII (1653), o Padre Antônio Vieira navegou pelos rios paraenses dessa mesorregião em busca da riqueza. Mas foi a partir do século XIX que se intensificaram as investidas, pelos rios Araguaia e Tocantins, estabelecendo comunicação fluvial entre o Centro – Goiás – e o Norte Atlântico – Belém (Dolores, 1973), cuja comunicação se estabelecia por água, uma vez que a construção de estradas se deu no século XX, como parte da política estabelecida pelo Estado brasileiro, a partir do final dos anos de 1950.

Efetivamente a migração tem início no século XIX, quando um grupo composto por 100 famílias oriundas dos estados de Goiás e Maranhão, chegaram

3 Povos das etnias Suruí, Parakanã e Assuriní (tronco Tupi-guarani), Gavião (dialeto Timbira), Txikrin (tronco Jé).

à mesorregião Sudoeste do Pará, chefiados pelo Coronel Carlos Gomes Leitão (vindo de Boa Vista-GO, atual Tocantinópolis-TO), após perder a Revolução de Boa Vista. Em Belém-PA, o Coronel consegue auxílio financeiro e autorização do governador Lauro Nina Sodré e Silva, em 1895, para formar um burgo agrícola e criar gado. Este burgo não prosperou devido à exploração, extração e comercialização do caucho⁴, que atraiu migrantes dos estados da Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí, Maranhão e Goiás (Carvalho, 2000).

O processo de exploração do caucho trouxe outros tipos de atividades e a organização de vários grupos de pessoas como barqueiros, tropeiros para o deslocamento de gado e/ou de mercadorias, comerciantes, mariscadores, pescadores, caçadores de peles e garimpeiros (extratores de pedras do rio Tocantins e, mais tarde, do diamante e ouro). Logo se desenvolveu uma relação de exploração desenfreada tanto do trabalho, quanto da natureza, que contrasta com os hábitos e as formas de vida dos povos indígenas e extrativistas nativos da região. Com o declínio econômico do extrativismo da borracha (caucho), a castanha-do-pará da mesorregião, em especial em alguns pontos do médio Tocantins, passou a ser importante produto de exportação do estado do Pará.

Observa-se, já neste período, a presença do capital internacional, principalmente comerciantes de origem sírio-libanesa, que detinham o controle do comércio da borracha, da castanha-do-pará, de terras, de gêneros alimentícios e de motores (para uso nos barcos, principal meio de transporte) até os anos de 1920 e, também, de diamantes nos pedrais do rio Tocantins. A partir de 1930, arregimentaram o fluxo migratório, caracterizado pela migração temporária ou sazonal⁵, oriunda do norte de Goiás, do Maranhão e do baixo Tocantins. Assim, na economia extrativista, o capital comercial se associou ao controle da terra, dos meios de transporte e da mão de obra, pois o controle da terra significava a dominação dos trabalhadores.

A exploração do caucho e da castanha, inicialmente, eram livres de patrão e a organização do trabalho era de base puramente familiar, embora não escapasse da exploração comercial. Mas a doação ou venda da terra, pelo governo, para o uso dos principais castanhais (aqueles de melhor acesso) dificultou a coleta e a comercialização dos produtos extrativistas pelos trabalhadores e faci-

4 Vegetal produtor de borracha, uma espécie que se diferencia de outros vegetais como a seringueira, mangabeira, maçaranduba e outras, cujo nome científico é *Castilloa elástica*.

5 Tipo de migração que se caracteriza por estar ligada às estações do ano. É o que acontecia na mesorregião: no período da safra ocorria a coleta da castanha e na entressafra praticava-se atividades agrícolas ou na extração de pedras preciosas.

litou a formação de grupos econômicos que se apropriavam do trabalho alheio para exportação do produto (Emmi, 1999).

Com o processo de arrendamento e/ou apropriação privada dos castanhais, as relações de trabalho passaram a ser o aviamento, originando o que mais tarde se caracterizou como trabalho escravo.

Nos anos de 1920, as áreas de castanhais eram terras devolutas cedidas pelo Estado e sob a forma de aforamento perpétuo a um pequeno grupo detentor do poder econômico, social e político, a chamada oligarquia de Marabá. Esses arrendatários transformaram grande parte destas áreas em pastagem, fazendo da pecuária parte complementar à exploração da castanha (Emmi, 1999).

Com a queda do preço da castanha no mercado internacional, nos anos de 1960, os arrendatários delegaram aos “seus” trabalhadores – moradores dos castanhais – a extração da castanha em troca do zelo pelas terras tidas como suas. No entanto, essas áreas eram vistas como terras livres pelos moradores e, por isso, passaram a ser ocupadas por agricultores vindos de outras regiões, inclusive por familiares desses moradores.

A mesorregião sudeste do Pará, segundo D’Incao (1990), se configura com dois grupos políticos; de um lado, os “donos” dos castanhais que detinham apoio do poder político local e o latifúndio pecuarista recém-chegado ao sudeste do Pará; e, de outro, os moradores dos castanhais e os migrantes recém-chegados que se organizavam, inicialmente, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e, posteriormente, pela criação das delegacias sindicais, forçando mais tarde a tomada do Sindicato de Trabalhadores Rurais que estava sob o domínio dos grandes proprietários de terras.

Esse tipo de vida e trabalho deu origem à cidade de Marabá que, atualmente, está entre as três cidades de médio porte do estado do Pará. Audrin (1946, p. 155), ao se referir à cidade destaca que “sua importância advinha de sua posição geográfica e das riquezas de seu território (...)”. Com isso, “Marabá brotara da ganância louca do dinheiro (...)”. Assim, se hoje, Marabá ainda é considerada o centro econômico e administrativo da mesorregião, entre os anos de 1920 e 1960 ela funcionou como cidade polo e centro comercial a serviço da coleta da castanha-do-pará destinada ao mercado externo. Neste contexto, a importância que era dada à posse da terra variava de acordo com a economia: a extrativista e a agrícola. Na economia extrativista mercantil “o objeto do trabalho e da troca são os frutos da própria terra (...) e para isso o capital comercial é o fator determinante, na medida em que o controle da terra e dos meios de transporte não lhe fuja”. Na agrícola “a terra é o meio de trabalho essencial, o objeto

e, ao mesmo tempo, o produto do trabalho, no sentido em que se beneficia a terra ao mesmo tempo em que se tira dela seus frutos” (Emmi, 1999, p. 14).

Chama a atenção neste processo de ocupação do sudeste do Pará, diferente de outras mesorregiões do estado, a existência do latifúndio extrativista e do latifúndio pecuarista, ambos historicamente se aproximaram do poder político para obter terras, mas possuíam interesses diferenciados em relação à produção.

O primeiro dominou a economia extrativista até 1960, detendo o domínio de grandes áreas de terra para extração inicialmente do caucho e, posteriormente, da castanha. Disputou as terras de castanhais mantendo o domínio sobre a exploração e comercialização deste produto – alguns ainda hoje permanecem na mesorregião sudeste do Pará, atuando na extração da castanha, mas em menor escala.

O segundo, disputou propriedades de terras apoiado pela estratégia de integração nacional do governo militar, no pós anos 1970. São as empresas privadas nacionais e internacionais que receberam incentivos e isenções fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) para adquirirem grandes propriedades pecuárias para a produção extensiva do gado (Emmi, 1999).

Os anos de 1970 foram marcados pela chegada da Política de Integração Nacional do governo federal e, como resultado dessa política, a maior parte da terra deixou de ser monopólio dos comerciantes da castanha (latifúndio extrativista) para ser, em grande parte, propriedade das empresas capitalistas privadas (latifúndio pecuarista) e das estatais como a Companhia Vale do Rio Doce (Vale), das áreas de instalação de garimpos e uma pequena parte foi destinada aos colonos através do Projeto de Colonização da Rodovia Transamazônica.

Neste contexto, tem início a migração incentivada pelo governo militar, estimulando a migração em duas diferentes frentes de interesse: a dos trabalhadores e a dos grandes proprietários (latifúndio pecuarista). Os primeiros em busca de terras de trabalho e os segundos, terras de negócio para um enriquecimento fácil e rápido, como define Martins (1981), colocando em evidência interesses opostos.

Efetivamente, a migração incentivada a partir dos anos de 1970 era parte da estratégia do governo federal de integrar a Amazônia ao restante do país, o que se deu com a implementação de infraestrutura rodoviária (BR 010/ Belém-Brasília, PA-70, atual BR 222 e a BR 230/Rodovia Transamazônica), hidroviária (Hidrovia Araguaia-Tocantins⁶) e ferroviária (Ferrovia Carajás-

6 A hidrovia atinge os estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás e é um empreendimento voltado ao atendimento aos interesses dos grandes comerciantes para o mercado internacional.

Ponta da Madeira⁷); do plano de colonização agrícola oficial com o Projeto de Colonização da Transamazônica; da instalação de canteiros de obras com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí⁸, do projeto Grande Carajás⁹ e a descoberta de garimpos, em especial da mina de ouro de Serra Pelada, que a partir dos anos de 1980 aglutinou cerca de 25 mil garimpeiros. Isso funcionou como atrativos para a população de outras regiões do país em busca de emprego.

Dados do Censo Demográfico de 1991, sobre a migração por lugar de nascimento, demonstram que no sudeste paraense havia 44,23% de paraenses, 19,09% de maranhenses e 13,09% dos demais Estados nordestinos, 13,92% de Goiás e Tocantins, 6,60% de estados da região Sudeste, 1,21% da região Sul e 1,86% da região Centro-oeste. Isto conferiu uma diversidade cultural a essa mesorregião que a diferencia das demais, no Pará. Esta migração fez crescer a população da mesorregião e foi durante este período que a fisionomia econômica e social dessa região se transformou radicalmente (Emmi, 1989).

De acordo com Silva (2006) desde a diminuição da migração sazonal¹⁰ oriunda do Baixo Tocantins, intensificou-se a migração nordestina¹¹ que desenvolvia a prática da agricultura de subsistência. Mas foi a abertura de estradas que deu lugar a um novo fluxo migratório, formando aglomerados à beira das estradas (o que até então ocorria à beira dos rios, mas em menor escala), sendo que às suas margens se fixaram as grandes fazendas e as empresas madeireiras, restando aos trabalhadores recém-chegados as áreas mais afastadas.

À medida que as matas iam sendo desbravadas para a abertura das estradas, o “desenvolvimento” e o “progresso” propostos pelo governo federal levavam os posseiros a perder suas terras para grileiros e jagunços a serviço de fazendeiros.

7 Interliga a província mineral de Carajás, no Pará, com o Porto de Ponta da Madeira, em São Luís/MA, com a Companhia Ferroviária do Nordeste, nas proximidades de São Luís, atendendo em conjunto o Porto de Itaquí, e também com a Ferrovia Norte-Sul, em Açailândia, facilitando a exportação dos grãos produzidos no norte do estado de Tocantins pelo Porto de Ponta da Madeira.

8 Situada no rio Tocantins, atinge uma área alagada de 2.430 km² e 8.005 km de extensão. Nesta área viviam agricultores, quilombolas e comunidades indígenas.

9 A jazida mineral de Carajás ocupa uma área de 895 mil Km², é cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia; abrange terras do sudoeste do Pará, norte de tocantins e oeste do Maranhão. Lançado no fim da década de 1970 tem por objetivo realizar a exploração em alta escala dos recursos minerais, agroflorestais, extrativistas, agropecuários e hidrelétricos.

10 Tipo de migração que se caracteriza por estar ligada às estações do ano. É o que acontecia na mesorregião: no período da safra ocorria a coleta da castanha e na entressafra praticava-se atividades agrícolas ou na extração de pedras preciosas.

11 Essa população foi expulsa pela seca e pela cerca, uma vez que nos estados do Maranhão e de Goiás ocorreu um processo de apropriação privada de grandes áreas de terra e seu uso especulativo em função da abertura da Rodovia Belém-Brasília.

Este processo transformou a paisagem da mesorregião e expropriou as populações locais. Ou seja, esses projetos estatais e industriais alavancaram a migração, mas não absorveram a mão de obra local sob a justificativa do analfabetismo, da baixa escolaridade e/ou da ausência de formação técnica.

A divisão social do trabalho reorganizado pelo uso e posse da terra e dos demais meios de produção, levou essas populações a ficarem excluídas do processo produtivo, criando os bolsões de miséria nas pequenas vilas e cidades da mesorregião. Este é um dos principais elementos que levou as populações do campo a lutar por terra e, mais tarde, por educação.

Nessa política governamental estava latente o interesse geopolítico e econômico do sistema capitalista com discursos revestidos de relações modernas e de desenvolvimento, mas, na verdade, produziram o trabalho escravo, a violência, os assassinatos, as chacinas e as ameaças à vida dos povos do campo. Do ponto de vista econômico, a mesorregião foi enquadrada em uma visão da superabundância de suas riquezas naturais como fontes inesgotáveis e a população local como primitiva e selvagem (Loureiro, 2002).

O preconceito e a dimensão econômica do desenvolvimento estão registrados em documentos oficiais produzidos pelo Grupo de Implantação do Novo Sistema de Ação Federal na Amazônia, tanto do Banco da Amazônia (Basa) quanto da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que atuaram na região, após os anos de 1960, pela chamada “Operação Amazônia”, conforme texto em destaque:

(...) o principal desafio ao desenvolvimento econômico da Amazônia é o fato de ser um território escasso e esparsamente povoado, com uma população analfabeta (...) empregando métodos primitivos de produção no extrativismo florestal em uma agricultura nômade (...) (Basa, 1967, p. 277-285).

As conquistas essenciais, quanto à Amazônia, propostas pelo governo federal, referem-se à utilização de uma estratégia que promova o progresso de novas áreas de ocupação de espaços vazios e de integração do desenvolvimento do Nordeste com a estratégia de ocupação da Amazônia (...). O crescimento do polo de desenvolvimento do país (eixo Rio-São Paulo) tenderia, em determinado tempo a estacionar e/ou mesmo estagnar, se não estivesse direta e facilmente ligado a uma região fornecedora de matérias-primas (...) (Sudam, 1971, p. 13-14).

O Plano de Desenvolvimento da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Banco da Amazônia (Basa) desnudam os interesses pela exploração da riqueza da Amazônia em detrimento da população.

A integração nacional propagada pelo governo federal teve como interesse afirmar o modelo de desenvolvimento capitalista implantado no Centro-sul do país com a exploração da riqueza natural e do trabalho das populações amazônicas, desconsiderando seus costumes, valores e seus saberes. É por isso que o processo de apropriação da terra se deu pela grilagem/expulsão violenta dos povos do campo da mesorregião e a exploração desordenada da natureza, predominando a visão da exploração da riqueza natural como inesgotável.

Isso determinou o processo de intervenção das políticas governamentais na mesorregião durante o período militar, sua intervenção, ou não, em determinados setores como a pecuária extensiva e a mineração. Tais elementos podem ser tomados como referência para compreender as transformações sociais, econômicas, culturais e ambientais efetivadas no sudeste do Pará.

O processo de exclusão aliado à permanente chegada de migrantes ao sudeste paraense é diretamente proporcional ao tamanho dos conflitos no campo, o que acirrou a violência transformando a mesorregião em “palco de guerra” e “palco de resistência”, visto que grande parte desta população, impedida de acesso à terra ou à espera de uma oportunidade de trabalho, formou uma categoria de trabalhadores, classificados por Becker (1980) como polivalentes, isto é, um excedente de força de trabalho com baixa qualificação e disponível para qualquer trabalho. Esta população foi se aglomerando nas vilas e cidades e se ocupando de atividades diversificadas, ora no garimpo, ora em madeireiras ou empreiteiras, ora em atividades domésticas ou como peões nas fazendas, face à expropriação a que estavam sujeitos.

Dados da CPT (2008) revelam que o processo de apropriação da terra pela iniciativa privada se deu por meios legais (doação ou compra) ou ilegais (grilagem). Isso levou a um sistemático processo de super exploração do trabalho nas fazendas por meio do trabalho escravo, tornando a mesorregião responsável por 76% dos casos existentes no Estado do Pará.

Os desdobramentos do processo de migração incentivada não se deram de forma pacífica, ao contrário, os povos do campo da mesorregião resistiram por meio de ações organizadas, inicialmente, em torno da luta pela terra que foi se configurando em um processo de organização social mais coeso em função da luta pela reforma agrária que perdura há quatro décadas. Esse contexto também explica o grande número de entidades sindicais, religiosas, movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs) atuantes na mesorregião sudeste do estado do Pará, como, por exemplo, inúmeros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e a Federação de Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento Sem Terra (MST),

Sociedade Paraense dos Direitos Humanos (SPDDH), entre outras, conforme destaque no organograma 1, apresentado no item dois deste artigo.

O conflito pela posse da terra levou as populações do campo (indígenas, extrativistas, pescadores, quilombolas, agricultores) a desenvolverem um processo organizativo permanente como forma de resistência. Esse processo foi constituindo suas organizações grupais, locais, municipais, mesorregionais e estaduais, articuladas entre si e também nacionalmente.

A atuação articulada tem se dado em torno de um objetivo comum em busca de processos democráticos de inclusão social, que se dá na luta pela reforma agrária, e, também, objetivos específicos que se complementam, a partir da atuação em rede, conforme destaque no item a seguir.

O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA MESORREGIÃO SUDESTE

A discussão anterior apresentou o contexto da mesorregião sudeste do Pará, a qual traz a complexidade que envolve a apropriação dos bens e do trabalho, em que há um processo de expropriação dos bens materiais em uma relação que se dá não apenas pela exploração do trabalhador, mas também da biodiversidade pela extração crescente dos recursos minerais e florestais.

A expropriação se dá de diferentes formas e relações. Por vezes, precisa do trabalho humano direto, por vezes, do intermediário que leva o expropriador para o lugar onde se encontra a riqueza.

A organização das formas de apropriação dos bens e do trabalho foi configurando as formas de organização social pela resistência dos povos da mesorregião, mesmo sob a repressão dos anos de 1970 e 1980.

O processo de resistência se iniciou quando o sul da mesorregião ocupada há cerca de doze mil anos por povos indígenas e ribeirinhos – inicialmente nômades, caçadores e coletores, mas que nos últimos quatro mil anos se fixaram a beira dos rios – começou a ser expropriado pelo latifúndio pecuarista, composto por empresários de madeireiras, bancos privados, concessionárias de carros; e, o sudeste, ocupado pelos extrativistas da castanha e os povos indígenas, foi tomado pelo latifúndio extrativista (Castro, 2009). Ao lado disso, os , recém-chegados à mesorregião e que tinham adquirido um pedaço de terra também resistiram¹².

12 Parte desta população deu guarida à Guerrilha do Araguaia que se instalou mais a sul da mesorregião, organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a qual foi dizimada em 1975 pela operação do regime militar (Marinha e Aeronáutica) que contou com mais de 10 mil homens do

Segundo Pereira (2009), às margens dos rios Araguaia e Tocantins existiam diversas comunidades de agricultores e também etnias indígenas. Os povos indígenas se colocaram no lugar de resistência, mas, mesmo assim, tiveram que se deslocar. Quem manteve a resistência, como os Carajás, foi dizimado. Num outro espaço, os moradores dos castanhais entraram em conflito com os fazendeiros e os trabalhadores que tinham experiência de migração, quando chegaram à região, não aceitavam sair da terra. Com isso, os conflitos entre o latifúndio (extrativista e pecuarista) e os povos do campo se avolumaram e os trabalhadores foram forçados a se reunir para defender suas terras por uma questão de sobrevivência.

Portanto, é ante à inoperância histórica do estado frente aos conflitos existentes na mesorregião que os assentamentos criados nos anos de 1980, segundo Guerra (2001), resultaram da pressão organizada das famílias de moradores dos antigos castanhais e dos migrantes sem-terra recém-chegados, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, posteriormente, dos sindicatos de trabalhadores rurais criando, a partir daí, a consciência do direito à terra, o que levou os trabalhadores sem terra do sudeste paraense a engajarem-se na luta pela reforma agrária e em outras lutas, engrossando as fileiras dos movimentos emergentes em prol da abertura política. Neste período, agentes pastorais, religiosos, militantes políticos, advogados e outros profissionais se envolveram diretamente nas comunidades rurais em defesa dos posseiros.

Para melhor compreender esse processo que envolveu a atuação de entidades de apoio à luta dos povos do campo da mesorregião sudeste do Pará, realizei um estudo histórico identificando as entidades em quatro frentes de atuação que se articulam com o propósito de complementar as ações em torno de um objetivo comum e com responsabilidades compartilhadas numa mesma mesorregião.

O estudo sobre a atuação destas entidades se articula em torno da construção de um projeto alternativo de sociedade, não apenas se detendo a lutar por melhor qualidade de vida, de modo a obter acesso aos serviços básicos e ao consumo de bens e serviços, mas, também, como produtores de história, como forças instituintes que questionam o Estado, constroem e propõem políticas públicas, ao mesmo tempo em que questionam as suas próprias práticas, nos momentos em que, coletivamente, planejam as estratégias micro e macro da luta e avaliam os resultados. Esses movimentos sociais se caracterizam, pela

Exército. Para maior aprofundamento ver Almeida, Rogério Henrique. *Araguaia-Tocantins: fios de uma história camponesa*. Marabá, 2006.

valorização da participação ativa das populações do campo e da democracia direta; opõem-se ao autoritarismo, à violência e à centralização do poder e buscam transformações nas relações sociais excludentes existentes.

A apreensão crítica de um processo coletivo produzido enquanto espaços de socialização política propicia aos participantes dos movimentos sociais um aprendizado prático sobre como se articular, organizar, negociar e lutar. Isso produz uma identidade social e coletiva, bem como a clareza dos diferentes interesses e dos interesses comuns necessários para a permanência da luta, a consciência dos direitos e das reivindicações, em torno dos objetivos específicos a serem atingidos em curto, médio ou longo prazo, como mantêm as utopias que giram ao redor da construção de um projeto de sociedade, concebido na perspectiva de novas relações societárias.

O estudo de teses e publicações sobre a história da mesorregião sudeste paraense possibilitou identificar que há um consenso sobre a existência de práticas políticas que se desenvolvem em função de um eixo comum: a construção de um projeto de desenvolvimento do campo que contribua para a construção de um projeto de sociedade, em que a educação tem papel estratégico. Este processo envolve o local e o global, o particular e o universal, o uno e o diverso nas interconexões das identidades no enfrentamento ao poderio do latifúndio e ao modelo de desenvolvimento econômico imposto na mesorregião.

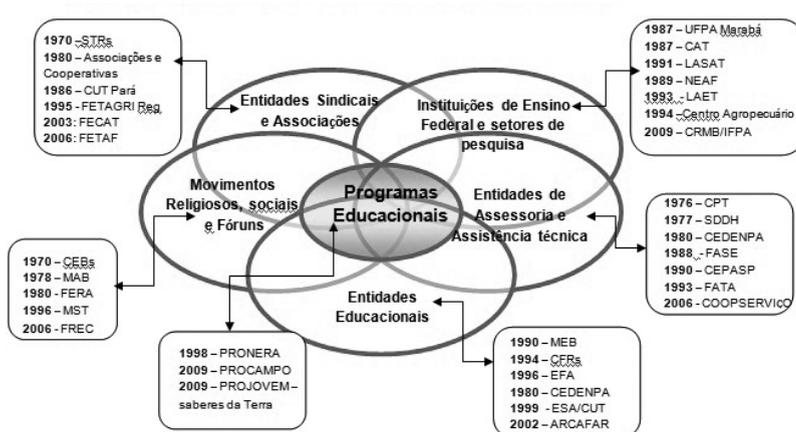
A articulação destas entidades se dá em torno do que Scherer-Warren (2009, p. 107) denominou de “movimento social em rede” que se caracteriza pela efetivação de três dinâmicas sociopolíticas e culturais e coletivas: “(...) a identificação em torno de uma causa comum; a definição de uma situação de conflito e de seus adversários; a construção de um projeto ou utopia de mudança”. A atuação articulada se configura nas formas de governança em rede e se dão em diferentes espaços, como,

(...) mobilizações de base local na esfera pública; empoderamento através dos fóruns e redes da sociedade civil; participação em conselhos setoriais de parceria entre sociedade civil e Estado; representação ativa nas conferências nacionais e globais de iniciativa governamental em parceria com a sociedade civil organizada (Scherer-Warren, 1993, p. 123).

O organograma a seguir, destaca as entidades de cunho sindical, de assessoria, de assistência e educacional; instituições do poder público; movimentos religiosos, sociais e fóruns; entidades e programas educacionais que atuam na mesorregião sudeste do Pará, identificando o período de atuação com vistas a

compreender as interfaces de ação existentes no desenvolvimento das estratégias e práticas sociais.

Organograma 1 – Articulação em rede na mesorregião sudeste paraense



Fonte: informações levantadas pela pesquisadora em sítios das instituições, dez/2009.

Segundo a CPT (2008), a Teologia da Libertação era uma ala da Igreja Católica que orientava as ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da própria Comissão Pastoral da Terra (CPT), por meio da “reflexão sobre a vida a partir da Bíblia, estudando o Estatuto da Terra, o Código Civil e a Constituição” as quais se tornaram apoiadoras da luta pela posse da terra e desempenharam papel de formar lideranças sindicais e, mais tarde, coordenaram os processos de tomada das entidades de representação dos trabalhadores (sindicatos de trabalhadores rurais e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura) que estavam sendo assumidas por fazendeiros. Para Pereira (2009), essa ala da Igreja percebeu que era preciso fazer uma articulação entre os religiosos que viviam na mesorregião Sudeste do Pará e, diante disso, reuniram as Dioceses de Marabá (ao sudeste na mesorregião) e Conceição do Araguaia (ao sul) para discutir sobre a necessidade de documentar tudo o que estava acontecendo, apoiar juridicamente a oposição sindical, apoiar as organizações dos trabalhadores no campo sindical e realizar o suporte jurídico aos trabalhadores.

Este debate deu origem à Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, com atuação fundamentalmente jurídica, mas se consolidando, também, como construtora de consensos entre as entidades atuantes na mesorregião e no âm-

bito das denúncias sobre os conflitos e o trabalho escravo. Sua atuação resultou, na estruturação sindical na mesorregião – cujos sindicatos estavam atrelados aos empresários, fazendeiros e, sobretudo, ao poder governamental da ditadura militar – que transformou comunidades eclesiais de base em delegacias sindicais, como estratégia para a tomada dos sindicatos.

Com isso, a atuação religiosa e a sindical desenvolveram estreita relação e, em determinados momentos da história da mesorregião, mas também se confundiram em outros, atuando e convivendo com os conflitos de diversas ordens: despejos, prisões, assassinatos, execuções, perseguição e ameaça de vida.

Instituições ligadas à Igreja, como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e o Movimento de Educação de Base (MEB), se somaram às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e à Comissão Pastoral da Terra (CPT) no fortalecimento da luta pela terra e pela organização sindical da mesorregião. Para isso, promoveram espaços de formação política e técnica junto aos agricultores familiares. A Fase atuou junto aos sindicatos de trabalhadores rurais na formação política e técnica. Esse trabalho teve continuidade após a sua saída da mesorregião sudeste do Pará, no final da década de 1990, pela CPT e também pelas entidades sindicais e de assessoria.

No cenário sindical estadual tem destaque a organização da Central Única dos Trabalhadores no estado (CUT Pará), articulada à CUT Nacional e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura dos estados do Pará e Amapá (Fetagri) filiada à CUT, que possui uma estrutura de atuação descentralizada nas mesorregiões do estado do Pará. Na mesorregião sudeste do Pará, a atuação dessas entidades se dá de forma articulada com vistas ao fortalecimento da organização sindical e da produção familiar, por meio de atos públicos, espaços formativos (formação sindical) e também na qualificação profissional com escolarização junto aos sindicatos urbanos e rurais, no período de 1999-2003. Estas ações aconteceram através de projetos desenvolvidos pela Escola Sindical Amazônia e da assessoria às entidades sindicais (sindicatos e Federação dos Trabalhadores na Agricultura).

A Fetagri e a Federação Agrária do Tocantins e Araguaia (Fata) atuam articuladamente na formação técnica e política, com o propósito de alcançar avanços na compreensão sobre a cadeia produtiva (produção-beneficiamento-comercialização) pelos agricultores, que previa agregar valor à produção agrícola e eliminar o atravessador. A problemática do analfabetismo levou, segundo seus discursos, não apenas à luta pela educação pública, gratuita e de qualidade, mas, também a desenvolver experiências de escolarização por meio da Escola Família Agrícola, com vistas a comprovar que a escola do campo precisa aten-

der à especificidade do meio rural no âmbito do currículo, da metodologia, do calendário agrícola e, principalmente, em uma educação que pense o desenvolvimento do campo sob a ótica dos povos da mesorregião sudeste do Pará.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SDDH) atuam articuladamente no combate à violência contra os agricultores familiares, na sua proteção e de suas famílias, dando o suporte jurídico necessário aos trabalhadores ameaçados de morte, perseguidos e às famílias dos vitimados pela violência no campo. Cumprem papel fundamental na condenação de pistoleiros e mandantes. O Centro de Estudos Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (Cepasp) se soma e essas entidades na elaboração de banco de dados sobre os conflitos e assassinatos; colabora, participa e produz material de suporte organizativo e formativo, como por exemplo, cartilhas, jornais, vídeos e intercâmbios regionais, nacionais e internacionais.

A Ufpa/*Campus* Marabá, por meio do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), do Laboratório Agroambiental do Tocantins (Lasat) e do Laboratório Agroextrativista da Transamazônica (Laet), atuam no âmbito da pesquisa voltada para a agricultura familiar, cujas experiências foram desenvolvidas em parceria com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), a Federação Agrária do Tocantins e Araguaia (Fata), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), os sindicatos de trabalhadores rurais e os movimentos sociais da Transamazônica. Esta frente de trabalho consolidou uma concepção de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento.

O Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB), embora tenha uma atuação voltada para a problemática socioambiental, em função das consequências sociais provocadas pela Hidrelétrica de Tucuruí, atua articulada à Fetagri, CPT, MST e a SDDH na luta pela posse da terra dos agricultores e indígenas que tiveram suas terras inundadas.

O Centro de Estudos e Defesa no Negro no Pará (Cedenpa) tem atuação estadual contra as desigualdades sociorraciais, de gênero e outros tipos de discriminação estimulando o segmento negro a lutar por uma cidadania e em busca do aumento da autoestima coletiva, mas na mesorregião atua articulado com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SDDH) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará/Amapá (Fetagri) sobre a legalização de terras quilombolas.

No âmbito educacional, a Escola Família Agrícola (EFA) e a Federação Agrária do Tocantins e Araguaia (Fata) desenvolvem o ensino fundamental para filhos de agricultores. Ambas se articulam com a Fetagri e o Movimento Sem Terra (MST) na luta pelo acesso à educação além de desenvolver a educa-

ção nos acampamentos e assentamentos e no desenvolvimento dos cursos no âmbito da educação básica via projetos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). A Fetagri também se articula com a Associação Estadual das Casas Familiares Rurais do Pará (Arcafar/PA) para a implementação das experiências de ensino fundamental, através das associações municipais de Casas Familiares Rurais na região Sul do Pará. Essas experiências assumem como referencial metodológico os princípios da Pedagogia da Alternância. Apesar de haver articulação sobre a importância do acesso à educação e do consenso que propicia atuação conjunta nos projetos, o de ensino desenvolvido com financiamento do Pronera tem estratégias que se diferenciam na mesorregião sudeste do Pará.

A dinâmica desenvolvida pelas entidades sindicais representadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais e pela Fetagri em articulação com a Fata e a EFA, priorizaram o ensino médio (magistério e técnico agrícola), sob a justificativa da necessidade de atender à demanda reprimida nos assentamentos, uma vez que a EFA atuou, desde 1996, no âmbito do ensino fundamental, como também realizou convênios com prefeituras municipais para ampliar o acesso dos filhos de agricultores e esse nível de ensino. Embora a Fetagri tenha demandado à universidade uma turma de Pedagogia do Campo, o ensino superior não tem sido a sua prioridade e sim, a educação básica, inclusive porque os cursos técnicos respondem às necessidades presentes nas comunidades rurais.

O Fórum de Entidades de Reforma Agrária (Fera) foi criado na década de 1980 e aglutina os movimentos, as entidades e as instituições que lutam pela reforma agrária na região. Ele aglutina o debate político nessa área envolvendo as entidades sindicais, os movimentos sociais e as entidades de assessoria.

O Movimento Sem Terra (MST), embora atue junto com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) na implementação dos projetos de alfabetização para assentados e escolarização para educadores dos assentamentos, tem desenvolvido uma dinâmica educacional junto ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) em que prioriza o ensino superior, principalmente, nos cursos de Letras, Agronomia e Educação do Campo, além de enviar seus militantes para outros estados, a fim de formá-los em outras áreas. Esse programa fortalece a articulação entre as instituições de atuação educacional seja dos movimentos sociais do campo seja do poder, criando o Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e sudeste do Pará, como um espaço de elaboração de políticas educacionais na mesorregião sudeste do Pará.

Esse movimento chegou à mesorregião sudeste do Pará em meados de 1990 e contou com a influência de alguns sindicatos dos trabalhadores rurais

vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Comissão Pastoral da Terra (CPT). Sua atuação se dá pela organização dos trabalhadores sem-terra para a ocupação de áreas não produtivas e na coordenação de acampamentos e assentamentos que, de forma organizada, divide-se em quatro grandes regionais no Pará: Cabano, Eldorado, Carajás e Araguaia. Observa-se, porém, que o MST, com sua estratégia nacional e tática de enfrentamento ousada, passou a disputar a representação de uma parcela da população que, historicamente, aproximava-se das entidades sindicais rurais. Os conflitos entre essas entidades estão presentes ao longo do processo organizativo.

Apesar de disputarem abertamente o poder de representar os agricultores familiares, principalmente os assentados, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará/Amapá (Fetagri) e o Movimento Sem Terra (MST) estabelecem alianças no embate com o Estado, visando à ampliação das políticas públicas mesorregionais. Essa disputa favoreceu a articulação das ações coletivas, em especial no campo educacional, seja no âmbito reivindicatório e de denúncia sobre a falta de escolas e a baixa escolaridade das populações do campo, seja pela implantação de experiências educacionais em nível de educação básica e superior, por meio do Pronera.

O acúmulo histórico e diferenciado destas entidades na atuação política e formativa (sindical, técnica, pesquisa, escolarização) possibilitou a construção de uma matriz da Educação do Campo, que firmou princípios teóricos e metodológicos para a educação nas escolas do campo, conforme discutimos na dissertação de mestrado¹³, bem como avança na construção da matriz técnico-científica de base agroecológica com a criação de instituições de assistência técnica como a Cooperativa de Prestação de serviços (Coopserviços) composta, preferencialmente, por técnicos licenciados em Ciências Agrárias e agrônomos, sendo que muitos foram estudantes da Escola Família Agrícola (EFA) ou profissionais formados pela Ufpa. A Cooperativa de Assistência Técnica se desenvolveu ancorada na concepção que articula assistência técnica, social e ambiental, rompendo com a perspectiva da extensão rural, por meio do Programa de Assistência Técnica, financiado pelo Inbra.

A marca da atuação do conjunto das instituições está no âmbito do fortalecimento da organização para os processos de produção, cujo propósito tem sido construir um projeto de desenvolvimento agrícola e agrário no qual o

13 Scalabrin, R. *Caminhos da educação pela Transamazônica: a formação de educandos/as-educadores/as do campo*. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

foco é a agricultura familiar camponesa. O foco nos últimos 15 anos esteve no âmbito da democratização do acesso à educação e ao crédito (inicialmente o Procerá e o FNO, e mais tarde o Pronaf), assistência técnica e infraestrutura para o campo, com movimento de massa, envolvendo trabalhadores de todo o estado do Pará, denominado “Grito do Campo e Grito da Terra”, visto que a agenda política do país interfere e vai mudando o foco de atuação do movimento social.

As conquistas advindas das mobilizações parecem ter atingido parcela importante da agricultura familiar camponesa, no entanto, a ausência de uma política de reforma agrária e a criação de projetos de créditos específicos e pulverizados (habitação, produção etc.) acabam por demandar do movimento social e das entidades sindicais, grande esforço de acompanhamento à organização da produção, o que acaba engessando o processo organizativo social e acomodando os trabalhadores assentados, e, muitas vezes, enfraquece os processos organizativos nos assentamentos. As cooperativas de produção se articulam com o Movimento Sem Terra (MST), com a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (Fetraf), criada em 2006, e com a Federação das Cooperativas do Araguaia-Tocantins (Fecat), criada em 2003, tendo nove cooperativas filiadas atuando no beneficiamento e comercialização de produtos regionais.

A existência dessa diversidade de entidades, instituições, movimentos, fóruns e programas na mesorregião sudeste do Pará, formou uma rede complexa de relações que estabelecem entre si formas de solidariedade social, com um processo em construção no qual a participação e a democracia são princípios fundamentais no processo organizativo. O peso dado à participação e à tomada de decisão coletiva pode ser percebido em seus documentos oficiais como planos de gestão, projetos político-pedagógicos, planejamentos estratégicos, relatórios de seminários, oficinas e congressos.

Tem destaque os programas educacionais como: Projovem Campo, Saberes da Terra e os Programas de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, voltados para a formação de professores das escolas do campo, desenvolvidos pela Ufpa Marabá e pelo *campus* Rural de Marabá (CRMB), criado em 2009, como escola agrotécnica de Marabá.

Neste contexto, as entidades (sindicatos, associações, cooperativas, federações, ONGs, fóruns etc.) não estão isoladas localmente, ao contrário, articulam-se entre si nas lutas por acesso e permanência na terra, educação, crédito e assistência técnica, social e ambiental, entre outros, buscando suporte nas entidades de apoio, jurídicas, educacionais e produtivas para enfrentar o poderio do latifúndio. Ao mesmo tempo, demandam às instituições do poder público reinvin-

dicações, entre as quais se destacam o acesso à educação, pelo fato de que a própria luta vai criando a consciência do direito às políticas públicas no campo.

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DA MESORREGIÃO SUDESTE DO PARÁ: POTENCIAL E LIMITAÇÕES

Nos anos de 1970 e 1980 a mesorregião viveu, de forma acentuada, um processo de reordenamento espacial imposto pela geopolítica do Estado brasileiro, que firmava, de um lado, a incorporação de terras, e, de outro, a mobilização de mão de obra que atendesse à necessidade de força de trabalho para o capital que se expandia, entendo que tal processo ocasionou um intenso crescimento populacional, alcançando índices elevados. Já a mobilização social desencadeada, a partir dos anos 1990, favoreceu a criação de assentamentos e uma série de políticas públicas, como por exemplo, a construção de estradas vicinais, habitações, demarcação da terra e acesso ao crédito produtivo, subsidiado como o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (Pronaf).

Tem destaque, segundo Costa (2000), a produção pecuária bovina com a criação da cadeia produtiva do leite que abastece o mercado internacional, o extrativismo madeireiro, a produção agrícola baseada na cultura de subsistência e na fruticultura, como também no extrativismo vegetal (produtos não madeireiros), muito presente em áreas de colonização recente, em que a floresta ocupa espaço significativo.

Entretanto, encontra-se nos lotes dos agricultores a presença de culturas anuais e semianuais como a banana, o arroz, a mandioca e o milho. Estes produtos se destacam como componentes relevantes no cultivo agrícola, porque respondem às necessidades imediatas das famílias. Encontram-se também, embora em menor escala, culturas como *Cocos nucifera* (coco), *Coffea arabica* L (café), *Carica papaya* (mamão), *Theobroma cacao* L (cacau), *Ananas comosus* L (abacaxi) e *Passiflora sp* (maracujá), que são transformados em polpas e cujo beneficiamento é feito por indústrias ligadas às cooperativas de agricultores, fábricas e despulpadoras de fundo de quintal. Percebe-se uma disponibilidade dos agricultores em aumentar a produção de frutos regionais, devido à sua aceitação no mercado (Ifpa, 2009).

A criação de pequenos animais é comum nos lotes dos agricultores familiares e é de responsabilidade das mulheres, além do investimento na piscicultura e na apicultura. Tal produção contribui significativamente na renda familiar (IFPA, 2009). Estudos realizados por Hurtienne (1999) dão conta de que existe uma predominância da agricultura familiar no Pará, cujos dados

demonstram sua importância em relação à região Norte: 82% do total são estabelecimentos familiares; 76% do total do pessoal é ocupado pela agricultura na região; 58% do valor total da produção agrícola advém da agricultura familiar; 32% da área é ocupada por atividades agropecuárias que podem ser identificadas como de agricultura familiar; gêneros alimentícios como mandioca (84%), milho (63%), feijão (59%) e arroz (46%) são produzidos pela agricultura familiar; 544.000 dos 5,8 milhões de estabelecimentos agrícolas no Brasil (10%) e 446.000 dos 4,4 milhões estabelecimentos familiares (10%) se encontram na região Norte. Dados de estudo realizados pela FAO/Incrá (1995), ressaltam que cerca de 85% dos estabelecimentos agrícolas existentes no estado são da agricultura familiar camponesa, a qual detém 77% da mão de obra ativa no setor agrícola e participa com 58% da produção estadual.

Nas áreas desmatadas, especialmente no Vale do Tocantins, os babaçuais totalizam 290.000 ha de terra (Almeida, 1995), que, de um lado, são classificados como 'praga' ou 'peste' por aqueles que têm o pasto, porque o gado é visto como única estratégia econômica e, de outro lado, como feminino, desde a época do Império. Os produtos do extrativismo sofreram com o impacto da exploração da floresta, a extração da madeira e a implantação de fazendas de gado, chegando quase à extinção. A exploração desordenada com vistas apenas ao lucro, em detrimento da mata primária e sua geração de oportunidades econômicas sustentáveis, tem ampliado a transformação das áreas de floresta densa em pastagem, provocando a perda da cobertura vegetal na mesorregião sudeste do Pará.

Observa-se que há potencial produtivo da agricultura familiar camponesa nessa mesorregião, porém, a falta de valorização dessa potencialidade por parte do poder público do Pará dificulta a comercialização dos produtos.

A REALIDADE EDUCACIONAL DO CAMPO DO PARÁ E A BUSCA PELA EDUCAÇÃO NA MESORREGIÃO

O estado do Pará possui uma taxa de 29,8% de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, sendo que 48,7% residem na zona rural. Destes, 28% encontram-se nas áreas de assentamentos (Brasil/MDA/Incrá, 2004).

O acesso à educação básica no estado está longe de ser universal. Embora a taxa de frequência líquida no ensino fundamental, em 2007, fosse de 92,9%, há desigualdade inter-regional, com municípios que alcançam o índice de 30%, 40% e até 50% de crianças de 7 a 14 anos fora da escola. Já a taxa de frequência líquida no ensino médio no Pará era de 33,1% (Pará/Seduc, 2007).

No Pará há 12.599 escolas, sendo que 25% delas estão localizadas na zona urbana e 75% na zona rural (comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas, rurais, praianas e garimpeiras). Destas 80,9% são multisseriadas e atuam com base em uma proposta curricular urbanocêntrica (Pará/Seduc, 2007).

Dados da Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (Pnera), no referido Estado, realizada nas áreas de assentamentos de reforma agrária, no ano de 2004, revelam que embora 71% dos assentamentos no Pará possuam escolas, em 29% deles as aulas são desenvolvidas em igrejas, barracões comunitários e residências. Quanto ao nível de ensino e modalidade, 98% dos espaços escolares atuam apenas nas séries iniciais do ensino fundamental, 27% no II segmento (5ª a 8ª séries), 16% na EJA e apenas 3% no ensino médio, o equivalente a 503 jovens (Brasil/MDA/Incra, 2004).

O campo do sudeste paraense atende 66% da população no ensino fundamental e 10% no ensino médio. Isso representa uma taxa de exclusão educacional de 34% e 90%, respectivamente. Esta realidade tem feito com que os jovens que querem continuar seus estudos saiam do campo para se fixar na cidade, ocasionando o distanciamento da vida rural, o que os impede de retornarem para a terra e, sem emprego, acabam engrossando os bolsões de miséria e a violência nas cidades. Apenas 55% da população assentada no estado do Pará se encontra na faixa etária de 18 anos ou mais de idade e 61,3% está fora da escola. Das 1.195 escolas existentes nos assentamentos do Pará, 92% delas não adotam o calendário agrícola previsto em lei e não desenvolvem currículo articulado à realidade do campo; 88% possuem turmas multisseriadas que funcionam como um apêndice do paradigma da escola seriada urbana, 66% delas mantêm a unidocência e em 79% a merenda distribuída é industrializada (Brasil/MDA/Incra, 2004).

Essa realidade de exclusão educacional, em especial das populações do campo, fez emergir também a luta pela educação que se deu em parceria entre os movimentos sociais e a academia. Segundo dirigentes do MST, a educação é tão importante quanto a conquista da terra, do crédito, da habitação, das estradas, da energia e de outras demandas para a sobrevivência das famílias, pois “sem elevar o nível de escolaridade teremos muita dificuldade de transformar a sociedade no seu conjunto”. Portanto, a apropriação do conhecimento científico e das tecnologias se faz fundamental, no sentido da contraposição à matriz tecnológica predominante no campo que está pautada na lógica da monocultura.

As experiências educacionais, no âmbito da Educação do Campo, tem início na Escola Família Agrícola e nas Casas Familiares Rurais, e se ampliam na re-

lação com a universidade, inicialmente, pelos cursos do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT) e, posteriormente, pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), constituindo a Rede Marabá-Altamira-Belém. Esse processo possibilitou a percepção da necessidade de complementar a formação dos profissionais vindos de outras instituições, com vistas a rever a formação centrada no modelo de transferência de tecnologia e/ou da Revolução Verde, motivo pelo qual se criou, no ano de 1991, o Programa de Especialização em Agriculturas Familiares Amazônicas, que se transformou, em 1996, no curso de Mestrado em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS), desenvolvido pelo Centro Agropecuário (CA), criado em 1994 pela Ufpa, em Belém. A estratégia da rede teve como foco o debate sobre a necessidade da formação dos filhos de agricultores, e fez emergir a criação da Licenciatura Plena em Ciências Agrárias, em Altamira, em 1997 e em Marabá, em 1999, com o objetivo de formar profissionais das ciências agrônomicas para atuar nas Casas Familiares Rurais do Estado do Pará e, também, do Curso de Graduação de Agronomia nos dois *campi*, em 2001, ambos desenvolvidos em parceria com os movimentos sociais do campo (Simões e Oliveira, 2003).

O propósito das entidades envolvidas foi o de contribuir para uma maior aproximação da universidade com a sociedade buscando identificar, a partir dessa relação, as prioridades de ações e estabelecer diálogo permanente com os agricultores, em parceria com suas organizações. Para Simões (2001), essa estratégia teve como propósito desenvolver a formação de modo a superar a fragmentação disciplinar e a dicotomia ensino-pesquisa-extensão, a desarticulação entre teoria e prática, provocando mudança de postura pela formação integral, possibilitando a compreensão da unidade de produção em sua totalidade, na perspectiva de afirmar o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável em longo prazo com uma gestão racional dos recursos naturais.

ALGUMAS REFLEXÕES

A política desenvolvida pelo governo federal na mesorregião sudeste do Pará ocultou o interesse geopolítico e econômico do sistema capitalista, com discursos revestidos de relações modernas, mas na prática, produziu o trabalho escravo, a violência, os assassinatos, as chacinas, as ameaças à vida e a exclusão social e educacional dos povos do campo. A integração nacional propagada pelo governo federal teve como interesse afirmar o modelo de desenvolvimento capitalista implantado no Centro-sul do país com a exploração da riqueza

natural e do trabalho das populações amazônicas, desconsiderando seus costumes, valores e seus saberes e a exploração desordenada da natureza, predominando a visão da exploração da riqueza natural como inesgotável.

A visão expropriadora do trabalho e da natureza determinou o processo de intervenção das políticas governamentais na mesorregião durante o período militar, através de sua intervenção, ou não, em determinados setores como a pecuária extensiva e a mineração. A exclusão, aliada à permanente chegada de migrantes, foi diretamente proporcional ao tamanho dos conflitos no campo, o que acirrou a violência, transformando a mesorregião em “palco de guerra” e “palco de resistência”. Grande parte desta população foi se aglomerando nas vilas e cidades e se ocupando de atividades diversificadas, ora no garimpo, ora em madeireiras ou empreiteiras, ora em atividades domésticas ou como peões nas fazendas, face à expropriação a que estavam sujeitos.

A exclusão social a que foram submetidas as populações da mesorregião, forçou a resistência e possibilitou um processo organizativo, reivindicatório e prepositivo junto ao poder público local, estadual e nacional que mantém as lutas sociais através de entidades que se articulam para enfrentar a diversidade de problemas existentes no campo. Esse processo fez emergir a luta pela terra e, posteriormente, pela educação, envolvendo a universidade, entidades de assessoria e os movimentos sociais do campo.

A organização social da mesorregião favoreceu a articulação das entidades dos movimentos sociais para a realização de ações coletivas no âmbito reivindicatório, prepositivo e educacional, e levaram à implantação de experiências educacionais em nível de educação básica e superior, por meio do Pronera. A linha de atuação da educação do campo desenvolvida no interior da Upfa/campus Marabá tem possibilitado o desenvolvimento de ações coletivas que fortalecem o processo democrático e assume a agroecologia como modo de vida, por isso se aproxima das ecologias discutidas por Santos (2004), visto que o diálogo realizado entre os diferentes conhecimentos viabiliza o desenvolvimento de experimentos que introduzem nos assentamentos da região formas de produção diversificada e/ou aprimoramento dessas formas de produção.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. *Quebradeiras de coco – identidade e mobilização: legislação específica e fontes documentais e arquivísticas*. São Luís: MIQCB, 1995.

- AUDRIN, José M. *Entre sertanejo e índio do Norte. O bispo missionário Dom Domingos Carrérot*. Rio de Janeiro: O.P. Edições Pugil; Agir Editora, 1946.
- BECKER, Berta K. *Amazônia*. 6ª Edição. São Paulo: Ática, 1980.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. *Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária*. Brasília, 2004.
- CARVALHO, Carlota. *O Sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil*. 2ª ed. Imperatriz: Ética, 2000.
- CASTRO, Leonardo. *Índios no Pará: antecedentes da Amazônia antes dos euro-peus*. 2009. Disponível em <http://parahistorico.blogspot.com/2009/02/in-dios-no-para.html>. Acesso: 12 jan. 2010.
- COSTA, Francisco de Assis. *Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: Naea – Ufpa, 2000.
- CPT. *Relatórios Comissão Pastoral da Terra* 1988 e 2008, 2008.
- D'INCAO, Maria Conceição. Clientelismo e democracia nas organizações dos agricultores da microrregião de Marabá: a associação de pequenos agricultores Consulta, in: ALBALADEJO, Christophe e VEIGA Iran (orgs). *Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento*. Vol. 1, n. 2. Belém: Universidade Federal do Pará – Neaf, 1990.
- DOLORES, Dalísia Elizabeth Martins. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Goiânia: Editora Oriente, 1973.
- EMMI, Marília Ferreira. A oligarquia da castanha: crise e rearticulação, in: CASTRO, Edna Maria Ramos e HEBETTE, Jean (org). *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém: Ufpa/Naea, 1989.
- _____. A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais. Belém: CFH/Naea/Ufpa, 1999.
- FÓRUM DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO – FAO. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. 1995.
- HURTIENNE, T. Agricultura familiar na Amazônia Oriental: uma comparação dos resultados da pesquisa socioeconômica sobre fronteiras agrárias sob condições históricas e agroecológicas diversas. *Novos Cadernos Naea*. V. 2, n. 1, Belém, jun. 1999.
- INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ/CAMPUS RURAL DE MARABÁ. *Projeto Político Pedagógico*, 2009.

- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir*. Estudos Avançados. São Paulo, v. 16, n. 45, 2002.
- MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento. Divisão Geográfica e Informação Populacional, 2008. Disponível em: <www.segov.pa.gov.br>. Acesso: 20 set. 2008.
- _____. *Secretaria de Estado de Educação. Relatório da Política Educacional (2003/2006)*, 2007.
- PEREIRA, Airton. Dirigente da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Entrevista realizada em fevereiro de 2009.
- REYNAL, V. de et al. *Agriculturas familiares e desenvolvimento na frente pioneira Amazônica*. Belém: Lasat/CAT; Gret: DAT/UAG, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SILVA, Idelma Santiago da. *Migração e Cultura no Sudeste do Pará*: Marabá (1968-1988). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Goiás, 2006.
- SIMÕES, Aquiles. Contribuição metodológica aos programas de Pesquisa-Desenvolvimento: reflexões acerca do processo de construção da demanda social, in: _____. *Agricultura Familiar: métodos e experiências de Pesquisa-Desenvolvimento*. Belém: Neaf, Centro Agropecuário, Gret, 2001.
- _____; OLIVEIRA, Myriam Cyntia César de. O enfoque sistêmico na formação superior voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar, in: SIMÕES, Aquiles (org). *Coleta Amazônia: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia*. Belém: Neaf, Centro Agropecuário, Gret, 2003.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. Coleção Estudos Brasileiros. Centro João XXIII. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- _____. *Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil*. *Interface: a journal for and about social movements*. V. 1, p. 105-124. Jan. 2009.
- SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAN. *Guia de ação comunitária para a conservação da natureza e dos recursos naturais*. Rio de Janeiro, 1971.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VELHO, Octavio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudos do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1972.